

XVI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología. XXXI Jornadas de Investigación. XX Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. VI Encuentro de Investigación de Terapia Ocupacional. VI Encuentro de Musicoterapia. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2024.

Subjetividade e trabalho no cárcere: cartografia do cotidiano de policiais penais em uma unidade prisional feminina de Natal/rn, Brasil.

Albuquerque Figueiro, Rafael.

Cita:

Albuquerque Figueiro, Rafael (2024). *Subjetividade e trabalho no cárcere: cartografia do cotidiano de policiais penais em uma unidade prisional feminina de Natal/rn, Brasil*. XVI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología. XXXI Jornadas de Investigación. XX Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. VI Encuentro de Investigación de Terapia Ocupacional. VI Encuentro de Musicoterapia. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-048/771>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evo3/qOk>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

SUBJETIVIDADE E TRABALHO NO CÁRCERE: CARTOGRAFIA DO COTIDIANO DE POLICIAIS PENAIS EM UMA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE NATAL/RN, BRASIL

Albuquerque Figueiro, Rafael
Universidade Potiguar. Natal, Brasil.

RESUMEN

O presente artigo tem por objetivo mapear processos de subjetivação no dia a dia de policiais penais femininas em uma unidade prisional de Natal-RN, Brasil. A partir da realização de uma pesquisa cartográfica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze policiais penais femininas. Os achados da pesquisa evidenciaram que os resultados apontam para a produção de subjetividades endurecidas, militarizadas e embrutecidas diante do cotidiano laboral. Além disso, ansiedade e estresse são marcas visíveis do trabalho dessas mulheres, presentes também fora do ambiente prisional. Tais elementos marcam a produção de sujeitos despotencializados, com suas capacidades de agir diminuídas, atravessados por afetos tristes, seguindo o pensamento espinosano. O estudo expõe ainda, que há uma premente necessidade de se pensar questões relacionadas à formação dessas profissionais para que o contexto de trabalho seja mais humano e potente.

Palabras clave

Trabalho - Cárcere - Subjetividade - Cartografia

ABSTRACT

SUBJECTIVITY AND WORK IN PRISON: CARTOGRAPHY OF THE EVERYDAY DAY OF PENAL POLICE OFFICERS IN A WOMEN'S PRISON UNIT IN NATAL/RN, BRAZIL

This article aims to map processes of subjectivation in the daily lives of female criminal police officers in a prison unit in Natal-RN, Brazil. After carrying out cartographic research, semi-structured interviews were carried out with fifteen female criminal police officers. The research findings showed that the results point to the production of hardened, militarized and brutalized subjectivities in the face of everyday work. Furthermore, anxiety and stress are visible marks of these women's work, also present outside the prison environment. Such elements mark the production of depotentiated subjects, with their capacity to act diminished, crossed by sad affects, following Spinoza's thinking. The study also shows that there is a pressing need to think about issues related to the training of these professionals so that the work context is more human and powerful.

Keywords

Work - Prison - Subjectivity - Cartography

Introdução

Quando se trata de pensar o sistema prisional, o Brasil figura entre os países mais problemáticos, com números nada animadores. O número total de custodiados no Brasil é de 643.137 em celas físicas e 183.603 em prisão domiciliar (Secretaria Nacional de Políticas Penais/ SENAPPEN, 2022). Assim, o país ocupa o terceiro lugar no mundo em número absoluto de pessoas privadas de liberdade, ficando atrás apenas de Estados Unidos e China. Com péssimas condições de encarceramento, superlotação e problemas de saúde diversos, os dados do sistema prisional brasileiro, de modo geral, corroboram com as palavras de Oliveira e Damas (2016, p. 34) [...]. "As prisões são ruins, ineficazes e ineficientes".

Nesse cenário está o trabalho do policial penal, que tem sido considerada uma das profissões mais problemáticas, apresentando questões típicas desta categoria laboral: estresse, adoecimento psíquico, consumo de álcool e outras drogas, trabalho em condições inadequadas, etc. (Kalinsky, 2008; Ghaddar; Mateo; Sanchez, 2008; Lourenço, 2010; Rumin, 2006; Lopes, 2007; Fernandes et al. 2002; Vasconcelos, 2000; Jesus, Felipe; Silva 2021). A superpopulação prisional, aliada ao baixo número de policiais penais, intensifica também o desgaste físico e mental (Jesus, Felipe & Silva, 2021), resultando em condições de trabalho insatisfatórias, exposição a riscos psicossociais e decréscimo das condições de saúde desses profissionais (Jaskowiaki; Fontanal, 2015).

Apesar dos pontos citados nos parágrafos anteriores, ainda são poucas as pesquisas que versam sobre essa categoria profissional (Nascimento, 2022; Caitano & Serva, 2020), o que justifica a realização desse estudo. Em se tratando de mulheres policiais, a escassez de publicações é ainda maior. Para esse público, em geral, temos questões particulares no que diz respeito ao exercício da profissão de policial penal: caráter patriarcal e masculinizante do trabalho, com forte presença da violência de gênero (Galdino, 2022), denúncias de assédio moral e sexual (Monteiro et al., 2017); violência física (idem); estigma e preconceito

pelo exercício da função carcerária (Rudnicki, Schafer, & Silva, 2017), dentre outros problemas.

Diante desse contexto, trazemos algumas reflexões sobre o trabalho das policiais penais, na tentativa de responder a algumas perguntas: Quais os impactos em termos de processos de subjetivação no cotidiano das mulheres policiais penais? Quais as transformações ocorridas ao se tornarem policiais penais? Quais os efeitos do trabalho no cárcere na vida das policiais penais? Dessa forma, a pesquisa que originou esse artigo teve por objetivo mapear processos de subjetivação no contexto laboral de policiais penais femininas em uma unidade prisional de Natal-RN.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A presente pesquisa parte do referencial teórico da cartografia, enquanto ferramenta de investigação. A cartografia busca dar conta de um espaço pensando as relações possíveis entre territórios, capturando intensidades e atentando para o jogo de transformações desse espaço. Assim, está interessada em experimentar movimentos/territórios e novos modos de existência (Kirst, 2003). Para tanto, é preciso estar atento aos discursos, gestos, funcionamento, o regime discursivo operante (Mairesse, 2003). A ideia principal aqui era a de acompanhar os processos de subjetivação pelos quais passam as policiais penais no dia a dia da prisão, compreender o território existencial por eles habitado e linhas de forças presentes em seus cotidianos

A pesquisa foi realizada entre julho e dezembro de 2023, em uma unidade prisional feminina da região metropolitana de Natal-RN, Brasil, que conta com 21 policiais penais e 220 detentas. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 15 policiais penais, na própria unidade prisional, durante seus turnos de trabalho, seguindo um roteiro de entrevista previamente construído. A entrevista semiestruturada tem por finalidade propor alguns questionamentos básicos sobre o tema em questão, com a capacidade de permitir certa liberdade para explorar outros caminhos e respostas de forma mais livre (Manzini, 2004). Todos os nomes contidos nesse trabalho são fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor apresentar os resultados de nossa pesquisa, dividiremos esse tópico em dois eixos principais, vamos a cada um deles.

Subjetividades ansiosas: estresse e ansiedade no trabalho em prisões

A rotina pesada, o ambiente insalubre e o contato nem sempre amistoso com as detentas, criam algumas condições que favorecem o aparecimento de sentimentos como a ansiedade e o estresse. Em uma de nossas entrevistas com a policial Maria, fica evidente como determinados situações de trabalho reverberam na vida pessoal: *“O primeiro ponto é o estresse, porque não é fácil lidar com preso. É confusão, grito, as presas não*

obedecem... Talvez por isso eu tenha ficado tão ansiosa... tem dias que não consigo nem dormir”.

Nesse sentido, um primeiro ponto a ser abordado nesse tópico diz respeito a própria rotina prisional. O contato diário com detentas pode expor as policiais ao risco de agressão, intimidação, ameaça, rebeliões, etc., o que impõe prejuízos a saúde física e mental desses profissionais (Jesus, Felipe & Silva, 2021).

A superlotação, associado ao pequeno efetivo de policiais, produz uma dinâmica onde se trabalha muito para fazer funcionar o básico. Conforme já explicitado por Jesus, Felipe e Silva (2021, p. 6): *“a superpopulação prisional e a carência de funcionários são intensificadoras do desgaste físico e mental no cotidiano dos ASP [agentes de segurança pública]”.* Tal realidade não é muito diferente daquela encontrada no Rio Grande do Norte/RN. Para se ter uma ideia, em 2017 existia um *déficit* de 530 policiais penais e hoje existe um *déficit* de 729 agentes no RN.

Além disso, as condições inadequadas de encarceramento acabam agravando também as condições de trabalho, na medida em que geram cada vez mais demandas por parte das detentas, a serem supridas pelas policiais, como podemos verificar na fala de Margarida: *“Eu acho que é a questão da saúde das internas. A falta de estrutura também. Porque muitas vezes também elas ficam doentes, aí o trabalho triplica”.*

Assim, as más condições de encarceramento acabam por produzir mais trabalho, gerando sobrecarga e estresse: *“A exposição constante ao perigo, o alerta, a pressão, a tensão, a periculosidade e a insalubridade do ambiente são condições relevantes para desenvolvimento do estresse”* (Jaskowiakl & Fontanal, 2015, p. 827). Além disso, os diferentes papéis desempenhados pelas policiais (custódia/cuidado) se constituem enquanto elemento já apontado pela literatura como produtor de estresse laboral (Barcinski, Cúnico, & Brasil, 2017), sobretudo quando o profissional tem contato com problemas de outras pessoas (Jesus, Felipe, & Silva 2021).

Sob tais circunstâncias, não apenas o trabalho fica mais penoso, mas também a relação entre os pares. A fala de Júlia se coloca como exemplo disso: *E o estresse do ambiente, convivência com as colegas e com as internas... Tem contribuído para o aumento da minha ansiedade”.* Dessa forma, apesar dos três dias de folga (em virtude da escala de 24 por 72 horas), as policiais afirmam ter dificuldade em repor as energias para mais um dia de plantão. Segunda elas, *“o primeiro dia da folga é só pra dormir, você tá acabada e estressada. O segundo dia você já curte um pouco mais... E no terceiro já começa a ficar ansiosa porque tá perto de voltar a rotina”.* Nesse sentido, o dia que antecede o retorno ao ambiente prisional é acompanhado por ansiedade, insônia, pesadelos e preocupações: *Acho que a tensão de você ficar imaginando que naquele dia pode ser que seja tudo tranquilo, mas pode ser que dê alguma coisa errado e você vai ter que resolver.*

Aliado a isso, há que se considerar ainda a sobrecarga gerada pelo trabalho doméstico, fato que afeta de maneira muito mais

intensa as mulheres em nosso país, assim como as mulheres investigadas nesse estudo: “*o acúmulo de funções que o fato de eu ser mãe e dona de casa e trabalhar fora exige um contexto de tudo aí acaba sugando um pouco a saúde mental.*” Com isso, temos não apenas sobrecarga de trabalho e estresse, mas uma maior prevalência de transtornos mentais (Pinho & Araújo, 2012; Bravo et al., 2022).

Tais relatos encontram consonância com a literatura da área, quem vem apresentando os efeitos deletérios do trabalho no cárcere, e o conseqüente risco de adoecimento físico e mental (Paixão, et al., 2022; Albuquerque & Araújo, 2018; Jesus, Felipe & Silva, 2021; Rodrigues & Codinhoto, 2020), além da transformação subjetiva presente no cotidiano prisional. Outra entrevistada, Andréa, relata, por exemplo, como tais sintomas foram se incorporando ao seu modo de vida, a partir do momento que se tornou policial penal: “*Eu acho que boa parte dos meus problemas eu desenvolvi aqui... A ansiedade, o estresse... Eu chego em casa já sem querer falar com ninguém.*”

A reflexão que é possível fazer, a partir dos relatos supracitados, é a de que estamos diante de um contexto prejudicial para as pessoas presas, e que se constitui enquanto linha de força capaz de transformar subjetividades e modos de vida também das pessoas que ali trabalham. Assim, o ambiente insalubre, o contexto bélico e as relações conflituosas com as presas, aliado a condições e processos de trabalho precarizados, tendem a produzir processos de adoecimento laboral, marcados pela ansiedade e o estresse, o que Nascimento (2022, p.887) cita como “cadeia pesando”, que indica alguns efeitos do trabalho em prisões tais como estresse, paranoia, adoecimento dentre outros.

Como se não bastasse os problemas existentes na rotina prisional, as policiais enfrentam outras situações adversas ao deixarem o trabalho em direção as suas casas: o medo e a insegurança. Segundo algumas entrevistadas, é comum que a rotina vá mudando aos poucos, no sentido de abandonar velhos hábitos como frequentar lugares públicos, bares abertos, praças etc., como nos exemplifica Andréa: “*Porque pode ser de uma pessoa querer me fazer mal pelo simples fato de eu ser policial porque eles conhecem, né? E aí isso, assim a gente fica meio mais tensa ainda do que as outras pessoas eu acho.*”

Os relatos evidenciam, portanto, que diante de tal contexto as policiais penais mudam suas rotinas, deixando de frequentar determinados lugares, restringindo atividades de lazer, que em geral passam a ocorrer na esfera privada, em suas próprias casas ou ambientes fechados, o que significa também uma diminuição das possibilidades de vida, dos encontros com o outro, e da própria potência de existir, além do impacto em termos de saúde mental e qualidade de vida (Figueiró, 2015, 2019).

É nesse contexto, portanto, que vai se produzindo uma certa privatização da vida social, na medida em que muitas trabalhadoras optam por frequentar lugares privados, ou mesmo nem sair de casa. Muitas vezes, nem na própria casa há a sensação de estar em segurança: “É muito ruim você estar até na sua

própria casa e achar ‘meu Deus será que alguém sabe onde eu moro ou que sou policial?’” (Maria).

Tal reflexão traz à tona o modo como o poder penal age no sentido da produção de uma subjetividade “moralista-policialesca-punitiva-paranoica”, como bem propôs Cecília Coimbra (2010), que diz respeito a um modo de subjetivação que produz sujeitos atentos à moral dominante, que clamam por mais leis (sobretudo por leis mais severas), vigilantes, sedentos por punição e atravessados pelo medo. Ainda segundo Coimbra (2010), estamos falando da “produção do policial em nós”, onde “tornamo-nos vigias e polícias de todos e de tudo”, e também onde “todos desconfiam de todos, todos temem todos” (idem, pp. 188-189). Como resultado desse processo, reafirma-se o modo de ser indivíduo, isolado, ávido por segurança, sensação que só alcança trancafiado em guetos casas, condomínios (idem), ou até mesmo na prisão.

Subjetividades militarizadas: a produção do policial em nós

Nesse tópico começamos com uma breve reflexão sobre o processo de formação das policiais penais no estado do Rio Grande do Norte, que teve sua primeira turma no ano de 2002. Nesse período, todas as unidades prisionais do estado estavam sob a custódia da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN). Além disso, eram os militares (geralmente oficiais) que realizavam as instruções durante o curso de formação, além de serem os diretores das principais unidades prisionais do estado. Em resumo, o surgimento da polícia penal nessa unidade da federação é marcado por um processo de militarização do sistema penitenciário, procedimento esse que ia da gestão até o “bater cadeado” (ou seja, fechar as celas no final de um dia ou de alguma atividade como o banho de sol), no dia a dia das prisões. Ao fazer alusão ao termo “militarização”, portanto, estamos nos referindo ao “processo de adoção de modelos, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza civil, dentre elas a segurança pública” (Cerqueira, 1998, citado por Zaverucha, 2008, pp. 178-179). Até 2016, por exemplo, grande parte dos gestores responsáveis pelo sistema prisional no Rio Grande do Norte eram militares.

Para além dos processos de gestão, o cotidiano das prisões potigüares também era afetado por esse modo de funcionamento. Ao entrarem no sistema prisional do RN, em 2002, a primeira turma de policiais penais se deparou com um cenário completamente “militarizado”.

Vale lembrar que tal processo de militarização também foi mencionado por outros pesquisadores, em outros estados do Brasil, a exemplo do Ceará, o que deu origem aos inúmeros grupos táticos e especializados (Nascimento, 2022). Já no primeiro curso de formação de Policiais Penais, no Rio Grande do Norte, diversos professores pertenciam a PMRN, o que se constitui importante linha de força nesse processo de formação. O aprendizado da profissão não incluía apenas as disciplinas curriculares do curso de formação (direitos humanos, saúde mental, lei de exe-

cução penal, etc.), mas determinados modos de funcionamento, modos de habitar o espaço prisional sobretudo com relação a esses três pontos: hierarquia, disciplina e tratamento para com os presos.

O impacto disso pode ser percebido no cotidiano prisional através de gritos, tom ríspido dirigido às presas, normas, disciplina e procedimentos militares adotados no dia a dia, o que inclui também um certo modo de se portar, geralmente associado a atributos e posturas tidas como masculinas, tais como força, dureza, firmeza no trato com as detentas etc., como exemplifica Maria: *“a primeira coisa que eu aprendi é que não dá pra tratar presa com amor: ‘senhora detenta, por favor...’ Tem que ser firme, na base da força”*. Nas palavras de Nascimento (2022), é comum entre os policiais penais a valorização de características como coragem, bravura e demais atributos comumente atribuídos ao universo masculino (como a denominação de “guerreiro”, por exemplo), marcando uma identidade bastante ligada a funções e vigilância, repressão e disciplina.

Extrapolando o ambiente de trabalho, os efeitos disso também reverberam na vida pessoal, forjando elementos que passam a compor as subjetividades das policiais. Tais processos se materializam de diversas maneiras, desde uma postura corporal diferente, até a maneira de falar e se relacionar com pessoas mais próximas: *“Eu fiquei mais séria. Acho que é o nosso jeito que vai mudando né?! O comportamento de se colocar... Parece que eu me vejo ficando mais séria mesmo no jeito de se portar e tal, de demonstrar autoridade”*.

Nesse sentido, vai sendo percebido aqui um processo que estamos denominando de militarização das subjetividades, caracterizado por um certo enrijecimento, embrutecimento da maneira de ser e de habitar o mundo, transformação essa que, muitas vezes, se materializa nas falas, gestos e postura corporal das policiais em questão, fenômeno já observado entre os policiais penais do gênero masculino (Figueiró, 2015; 2019; Nascimento, 2022). Joana, uma de nossas entrevistadas, relata algumas mudanças em seu modo de se relacionar com as pessoas após a entrada no sistema prisional: *“Hoje eu percebo que não tolero muita coisa, tudo tem que ser do meio jeito.... Esses dias me peguei falando com minha filha do mesmo jeito que falo com as presas, gritando, dando ordem... Eu não era assim....”*.

Assim, a rigidez e disciplina imposta no cotidiano carcerário vai, aos poucos invadindo o espaço doméstico/social. Nascimento (2022) já havia sinalizado que, apesar da dúbia função dos policiais penais estar situada entre ressocializar e punir, os funcionários do cárcere tem se identificado principalmente com as funções policiais, já que a própria organização política sindical tem pautado a construção de uma identidade onde as “atribuições repressivas, disciplinares e de vigilância” seriam os elementos que marcam a identidade profissional da categoria. (Nascimento, 2022, p. 886).

Considerações finais

Embora possamos pensar a aquisição desses hábitos e comportamentos a partir de diferentes autores (Chies, Barros, Lopes & Oliveira, 2005; Goffman, 2008; Zimbardo, 2004), a análise que fazemos aqui situa o comportamento das policiais penais no campo dos processos de subjetivação. Assim, partindo das ideias de Deleuze (1990), Guattari e Rolnik (1986), situamos a subjetividade como uma instância que transcende o intrapsíquico (forjado no intrafamiliar e tendo como principal elemento o inconsciente, sobretudo a partir da teoria freudiana), para pensar como um elemento caracterizado por um conjunto de valores, sentimentos, afetos, maneiras de perceber e agir no mundo, produzidos, sobretudo, pelo/no social. Trata-se, portanto, de um processo contínuo, articulado por diversas instâncias (mídia família, ciência, instituições e equipamentos sociais) que produz subjetividades específicas que, no caso das policiais penais, tem os contornos já descritos nesse artigo, e no cotidiano prisional sua principal matriz de produção.

Dialogando com o filósofo Espinosa, podemos pensar a prisão enquanto um dispositivo produtor de subjetividades empobrecidas e despotencializadas, conforme tentamos demonstrar nos dois últimos tópicos. Trata-se do que Espinosa denomina de afetos tristes, produzidos através de maus encontros (1983). Por afetos, estou me referindo “um acontecimento corporal e psíquico simultaneamente” (Chauí, 2011, p. 150). Quando sentimos que nossa capacidade de existir e agir encontra-se aumentada, estamos atravessados pelo afeto da alegria; por outro lado, se temos o sentimento de diminuição de nossa aptidão para existir e agir trata-se dos efeitos dos afetos tristes (Chauí, 2011).

Refletindo ainda com Espinosa (1983), pode-se dizer que os afetos tristes são produtos dos maus encontros. Um corpo tem um mau encontro quando tem sua potência de agir diminuída, em oposição aos bons encontros, que produzem ampliação, aumento de potência. Nesse sentido, a constatação que é possível fazer aqui é a de que a prisão produz maus encontros, despotencializando os sujeitos que por ela passam (mas não apenas esses). É o dispositivo prisão que produz essa maneira de se relacionar com o crime, com aqueles que infringiram as leis, produzindo medo, sofrimento, adoecimento e diminuição da potência de agir.

Embora não tenhamos a pretensão de generalizar os resultados aqui expostos, entendemos que a pesquisa traz resultados importantes para pensarmos a realidade das policiais penais do nosso país, não apenas no campo da produção de subjetividades, mas também no que diz respeito ao campo do bem-estar, qualidade de vida e saúde mental. Além disso, torna-se importante repensar o funcionamento das prisões brasileiras, que historicamente tem produzido dor, sofrimento e adoecimento, para presos e trabalhadores.

BIBLIOGRAFÍA

- Albernaz, E. R. (2010). Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH, Salvador*, 23, (60), p. 525-539. <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Kpp4sK5kR7V8bvNsBrk8XLh/abstract/?lang=pt>
- Albuquerque, D. R. & Araújo, M. R. M. (2018). Precarização do Trabalho e Prevalência de Transtornos Mentais em Agentes Penitenciários do Estado de Sergipe. *Rev Psicol e Saúde*, 10, (1), p. 19-30. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v10n1/v10n1a02.pdf>
- Barros, L. P. & Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E.; Kastrup, V. & Escossia, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 52-75.
- Barcinski, M., Cúnico, S. D. & Brasil, M. V. (2017). Significado da ressocialização para agentes penitenciárias em uma prisão feminina: entre o cuidado e o controle. *Trends in Psychology*, 25(3), p. 1257-1269. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000300016#:~:text=para%20instruir%20os%20presos%20em,por%20consequ%C3%AAncia%2C%20do%20agente%20penitenci%C3%A1rio
- Bravo, D. S. et al. (2022). Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em agentes penitenciários do interior de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27 (12), p. 4559-4567. <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZkMdCrX6RkWPkCS5XG9NKQ/>
- Caitano, D. O & Serva, M. (2020). No limite da razão: o deliberar e a práxis no trabalho prisional. *Cad. EBAPE.BR*, 18 (Edição Especial), p. 821-835. <https://www.scielo.br/j/cebape/a/5TtpXCy6NjKpW78wKsKpm6q/>
- Coimbra, C. M. B. (2010). Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: Abramovay, P. V. & Batista, V. M. (2010). *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, p. 183-194.
- Chauí, M. (2011). *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Cia das Letras.
- Chies, L. A. B., Barros, A. L. X., Lopes, C. L. A. S., & Oliveira, S. F. (2005). Prisionalização e Sofrimento dos Agentes Penitenciários: Fragmentos de uma pesquisa. *Revista brasileira de ciências criminais*, 52, p. 264-283. <https://gitep.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/PRISIO1.pdf>
- Deleuze, G. (1990). ¿Que és un dispositivo? In: Deleuze, G. (1990). *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, p. 155-161.
- Espinosa, B. (1983). *Pensamentos Metafísicos. Tratado da correção do intelecto. Ética, 3ª ed. Tratado político, Correspondência*. Coleção "Os pensadores": Baruch Espinosa, seleção de textos e tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Abril cultural.
- Fernandes, R. C. P. et al. (2002). Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 18 (3), p.807-816. <https://www.scielo.br/j/csp/a/yxFPZVfgR56vpQ697Ld4KcQ/abstract/?lang=pt>
- Figueiró, R. A. (2015). *Cartografia do trabalho de agentes penitenciários: reflexões sobre o "dispositivo prisão"*. [Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPGpsi]. Repositório institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
- Figueiró, R. A. (2019). Militarização de agentes penitenciários no Brasil: segurança pública e processos de subjetivação. *Athenea Digital*, 19 (1), p. 1-20. Doi: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2452>
- Galdino, S. A. (2022). *Mulher policial penal sob o enfoque ergológico e de gênero*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde - PPGPS]. Repositório institucional Universidade Estadual da Paraíba-UFPB.
- Ghaddar, A., Mateo, I. & Sanchez, P. (2008). Occupational stress and mental health among correctional officers: a cross-sections study. *Journal of Occupation Health*, 50, p. 92-98. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18285652/>
- Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Jaskowiak, C. R. & Fontanal, R. T. (2015). O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Rev. Bras Enferm.*, 68 (2), p. 235-43. <https://www.scielo.br/j/reben/a/HkVgkzm3m3W3LSxhYrTrVy/abstract/?lang=pt>
- Jesus, S. R., Felipe, A. M. & Silva, Y. V. (2021). Vulnerabilidade ao Estresse entre Agentes de Segurança Penitenciários. *Psicol Ciência e Profissão*, 41, p. 1-18. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003197193>
- Kalinsky, B. (2008). El agente penitenciario: la cárcel como ámbito laboral. *Runa*, 28, p. 43-57. <https://www.redalyc.org/pdf/1808/180813905003.pdf>
- Kirst, P. G. (2003). Redes do Olhar. In: Kirst, P. G. e Fonseca, T. M. G. (org) (2003). *Cartografias e Devires: a Construção do Presente*. Porto Alegre, EDUEFRGS, p. 43-52.
- Lopes, R. (2007). Psicologia Jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. *Psicol. Am. Lat.*, 0, p. 1-8. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2002000100004
- Lourenço, A. S. (2010). *O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoriras e aquários*. [Tese de doutorado. Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional USP.
- Mairesse, D. (2003). Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: Kirst, P. G. e Fonseca, T. M. G. (org) (2003). *Cartografias e Devires: a Construção do Presente*. Porto Alegre: EDUEFRGS, p. 259-272.
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: *Seminário Internacional de pesquisa e estudos qualitativos*, 2, A pesquisa qualitativa em debate. *Anais...* Bauru: SIPEQ, 1 CD.
- Monteiro, F. M. J. et al. (2017). Prevalência e fatores associados à violência no ambiente de trabalho em agentes de segurança penitenciária do sexo feminino. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22 (9), p. 2989-3002. <https://www.scielo.br/j/csc/a/rMRJKdRCq6jntmtk4LVLby/?lang=pt>

- Nascimento, F. E. M. (2022). De carcereiro a policial penal: Entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* 15 (3), pp. 883-910. <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/C7cTY5HJZcm7db3WsQBxSjH/?lang=pt>
- Oliveira, W. F. & Damas, F. B. (2016). *Saúde E Atenção Psicossocial Nas Prisões*. São Paulo: HUCITEC Editora.
- Paixão, W. H. P., Silva, J. L., Ramos, G. F., Oliveira, M. A., Messias, C. M. & Souza, (2022). F. S. A saúde mental dos agentes do sistema prisional: mapeamento de estudos brasileiros. *Research, Society and Development*, 11, (4), p. 1-11. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27147>
- Pinho, P. S. & Araújo, T. M. (2012). Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. *Rev Bras Epidemiol*, 15(3): 560-72. <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dxHcftTBL-5b8P5YcXmwFwGG/>
- Rio Grande Do Norte (2020). Lei Complementar Nº 664, de 14 De janeiro de 2020. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200115&id_doc=671459.
- Rodrigues, R. G. & Codinhoto, E. (2020). As experiências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho de agentes penitenciários de uma cidade do interior do estado de Rondônia. *Rev farol*, 11(11), 112-127. <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/283/204>
- Rudnik, D., Schafer, G. & Silva, J. C. (2017). As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias. *Revista Direito GV*, 13 (2), p. 608-627. <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/qFSQmHJX4ygxYRmJySgmS7v/>
- Rumin, C. R. (2006). Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26 (4), 570-581. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cTB8bVjfyfyrBXhk5RSDt455G/?lang=pt>
- SENAPPEN (2022). *Levantamento de informações penitenciárias referentes ao segundo semestre de 2022*. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-segundo-semester-de-2022#:~:text=0%20n%C3%BAmero%20total%20de%20custodiados,estudar%2C%20dormem%20no%20estabelecimento%20prisional> Acesso em 15/11/2023.
- Vasconcelos, A. S. F. (2000). *A saúde sob custódia: um estudo sobre Agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro*. [Dissertação de mestrado. Fundação Oswaldo Cruz]. Repositório Institucional da Escola Nacional de Saúde Pública.
- Zaverucha, J. (2008). De FHC a Lula: a militarização da agência brasileira de inteligência. *Rev. Sociol. Polít., Curitiba*, 16 (31), p. 177-195. <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/7gtzGZwmZqDDmmF66rQDdgK/>
- Zimbardo, P. (2004). A Situationist Perspective on the Psychology of Evil: Understanding How Good People Are Transformed into Perpetrators. In. Miller, A. G. (Org.). (2004). *The Social Psychology of good and evil*. New York: Guilford Press, p. 21-50.